

AULA 8.

Desafios da nova onda conservadora e a importância da contribuição das mulheres para o processo de democratização do Brasil

Profa. Marlise Matos
(DCP, NEPEM, CIFG / UFMG)



Resumo

- Apresento aqui algumas ANÁLISES PRELIMINARES DA ATUAÇÃO dos recentes governos nacionais da redemocratização brasileira na perspectiva crítica de análise das principais iniciativas estatais brasileiras relacionadas a gênero e sexualidade implantadas nos últimos 28 anos (de 2003 a 2016) no Brasil.
- Analiso aqui **INICIATIVAS/PROPOSIÇÕES originadas pelo Poder Legislativo, Executivo e Judiciário** (e em bem menor escala das organizações internacionais e dos movimentos sociais) implantadas no Brasil para os segmentos LGBTI* (temática “Sexualidade”) e as mulheres (temática “Gênero”) e também o campo interseccionalizado desses segmentos e de suas demandas (temática “Ambos”) e formulamos a hipótese de que estas compareceram nestes governos como pautas de grande relevância.

Resumo

- Essas análises se pautam na coleta e sistematização de um conjunto dessas iniciativas, a saber: LEIS, PROJETOS DE LEIS, PROPOSTAS DE EMENDA CONSTITUCIONAL, PROGRAMAS E AÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS, CRIAÇÃO DE NOVOS ORGANISMOS EXECUTIVOS DE POLÍTICAS, CONVOCAÇÃO DE CONFERENCIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS entre outros.
- Para fins analíticos e de comparação retrocedemos a dois períodos – de 1988 a 2002 e 2003 a 2016 – incluindo os dois conjuntos de governos pós-redemocratização brasileira, pois apenas assim é possível termos o quadro comparativo mais geral que os permitirá identificar, aumentos e avanços ou retrocessos.

- Pelos dados a serem aqui apresentados será impossível não reconhecer a atuação importante dos recentes governos nacionais do Partido dos Trabalhadores (PT) na abertura de espaço institucional, no âmbito do estado brasileiro, para a construção de iniciativas de políticas públicas relacionadas a gênero e sexualidade.
- Boa parte desse legado – ainda parcamente institucionalizado - (senão a sua inteireza), entretanto, está abertamente ameaçada agora neste governo interino (e ilegítimo) e é fundamental termos visível quais foram as mudanças e as transformações conquistadas (não sem tensões e muitas limitações) e os riscos reais vividos.
- Este alerta ainda e também pode servir como um registro e memória dessas importantes mudanças

- Quando o Presidente Lula assumiu seu primeiro mandato, em 2013, pairava a gigantesca expectativa de que fosse, finalmente, possível transferir para o governo federal (ao menos parte) as importantes inovações político-popular-participativas que os governos petistas já tinham significativamente implementado em seus governos municipais.
- Como será possível verificar através dos dados aqui analisados, iniciativas estatais relacionadas a gênero, sexualidade e a ambos interseccionalmente (com muita expressividade para as políticas para as mulheres) implantadas nos últimos anos (de 2003 a 2016) no Brasil foram, em escala e magnitude, muito importantes.
- Também aparecerão significativos também os retrocessos que podem ser claramente identificados também nesse período a partir dos dados aqui coletados.

Quadro 1: Tipos de Relação Estado-Sociedade

I) Protestos e ação direta (fora do Estado)

II) Parcerias entre a sociedade civil organizada e as agências do Estado (convênios, contratos etc.)

III) Judicialização das demandas

IV) Engajamento Institucional nos Espaços Estatais

V) Relações Híbridas através de ativismos oriundos de múltiplas afiliações

Quadro 1: Exemplicações ALEATÓRIAS das Iniciativas coletadas

Tipo/Ano	PL/PEC/ADI	Programa/PP	Criação de organismo/ Plano/Estatuto
1988	Lei 7.670/1988: Dispõe sobre a concessão de benefícios trabalhistas e beneficiários para portadores/as do vírus HIV	Criação do SUS	O Lobby do Batom
1995	PL 176/95: Do Dep. José Genoíno, inclui a obrigatoriedade do atendimento na rede pública para mulheres que desejem interromper a gravidez	Criação do sistema de cotas para as mulheres nas listas de candidaturas partidárias	Aprovação do PNDH 1
2002	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002: instituiu o Novo Código Civil brasileiro	1ª resposta estatal brasileira ao monitoramento da CEDAW	Plataforma brasileira de gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais para as eleições
2009	Lei nº 11.970, de 6 de julho de 2009: para tornar obrigatório o uso de proteção no motor, eixo e partes móveis das embarcações (para prevenir o escalpelamento de mulheres com cabelos longos)	Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade, no tocante a empregadas de pessoas jurídicas.	Criação da Coordenação Geral de promoção dos direitos de LGTBI
2013	PEC das empregadas domésticas: equipara os direitos trabalhistas dos empregados domésticos aos dos trabalhadores formais	Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

FIGURA 1: Linha do tempo dos governos e delimitação dos 2 períodos de análise: (1988 a 2002 / 2003 a 2016)

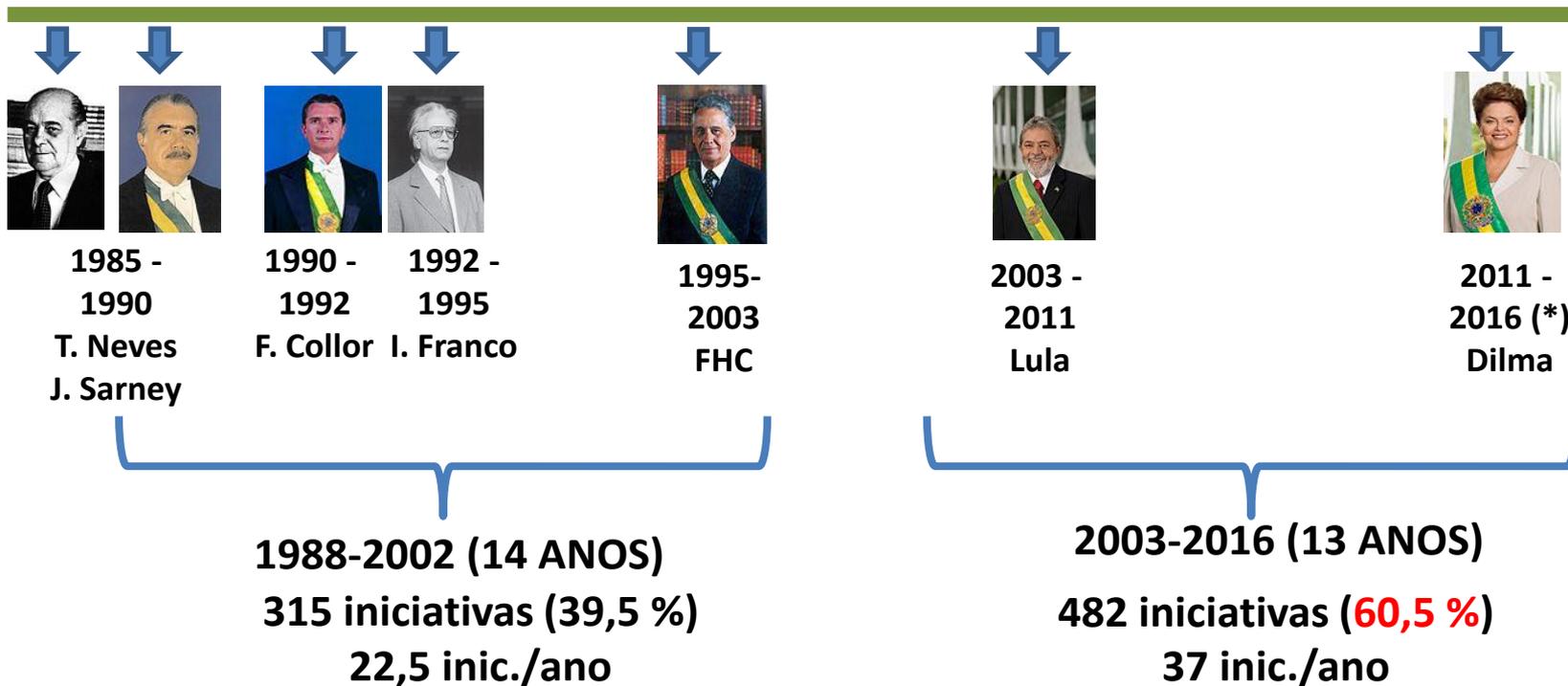


Tabela 1: Total de iniciativas, pelos DOIS PERÍODOS analisados (1988- 2002 e 2003-2016)

Tipo de Temáticas de políticas	Frequência	%
Período 1: 1988-2002	315	39,5
Período 2: 2003-2014	482	60,5
Total	797	100,0

Tabela 2: Total GERAL de iniciativas públicas por tipo de Poder/Pressão (1988-2016)

Tipo de Poder ou principal instrumento de pressão da iniciativa	Frequência	%
Poder Legislativo	610	76,5
Poder Executivo	165	20,7
Poder Judiciário	11	1,4
Pressão direta OIS e Movimentos	11	1,4
Total	797	100,0

- Aqui caberia destacar que apesar de, pelos dados, a intervenção direta dos movimentos feministas e de mulheres e dos movimentos LGBTI ser baixa (porque na forma como coletamos essa informação fizemos questão de incluir ações DIRETAS dos movimentos, especialmente viabilizadas a partir de ações de *advocacy*), **NA SUA IMENSA MAIORIA AS AÇÕES DOS PODERES DE ESTADO (EXECUTIVO, LEGISLATIVO E, SOBRETUDO O JUDICIÁRIOS, A PARTIR DA JUDICIALIZAÇÃO DE SUAS DEMANDAS) TEM SUA ORIGEM NA PRESSÃO E NAS DEMANDAS GENERALIZADAMENTE IMPACTANTES DESSES MOVIMENTOS.**
- O que se destaca é o papel importante aqui desempenhado pelo poder LEGISLATIVO nessa trajetória de reconstrução estatal: seja no que tange ao seu protagonismo nos avanços, mas e sobretudo, infelizmente, em referência à rapidez em que também assumiu e protagonizou os retrocessos.

Tabela 3: Total de iniciativas públicas pelos DOIS PERÍODOS analisados, segundo origem (1988-2002 e 2003-2016)

ORIGEM DA INICIATIVA	Períodos da redemocratização brasileira		Total
	1988 a 2002	2003 a 2016	
Agentes externos/OIs	5	6	11
	45,5%	54,5%	100,0%
Poder Executivo	45	120	165
	27,3%	72,7%	100,0%
Poder Legislativo	261	349	610
	42,8%	57,2%	100,0%
Poder Judiciário	4	7	11
	36,4%	63,6%	100,0%
Total	315	482	797
	39,5%	60,5%	100,0%

Tabela 4: Total geral de iniciativas públicas por tipo de TEMÁTICAS – políticas de gênero, sexualidade ou ambas (1988-2016)

Tipo de Temáticas de políticas	Período 1: 1988-2002	Período 2: 2003-2016	Total
Sexualidade	11	28	39 (5%)
	28,2%	71,8%	100,0%
Gênero	269	390	659 (82,6%)
	40,8%	59,2%	100,0%
Ambos	35	64	99
	35,4%	64,6%	100,0%
Total	315	482	797 (12,4%)
	39,5%	60,5%	100,0%

Gráfico 1: Total de iniciativas públicas por tipo de TEMÁTICAS – políticas de gênero, sexualidade ou ambas (1988-2016)

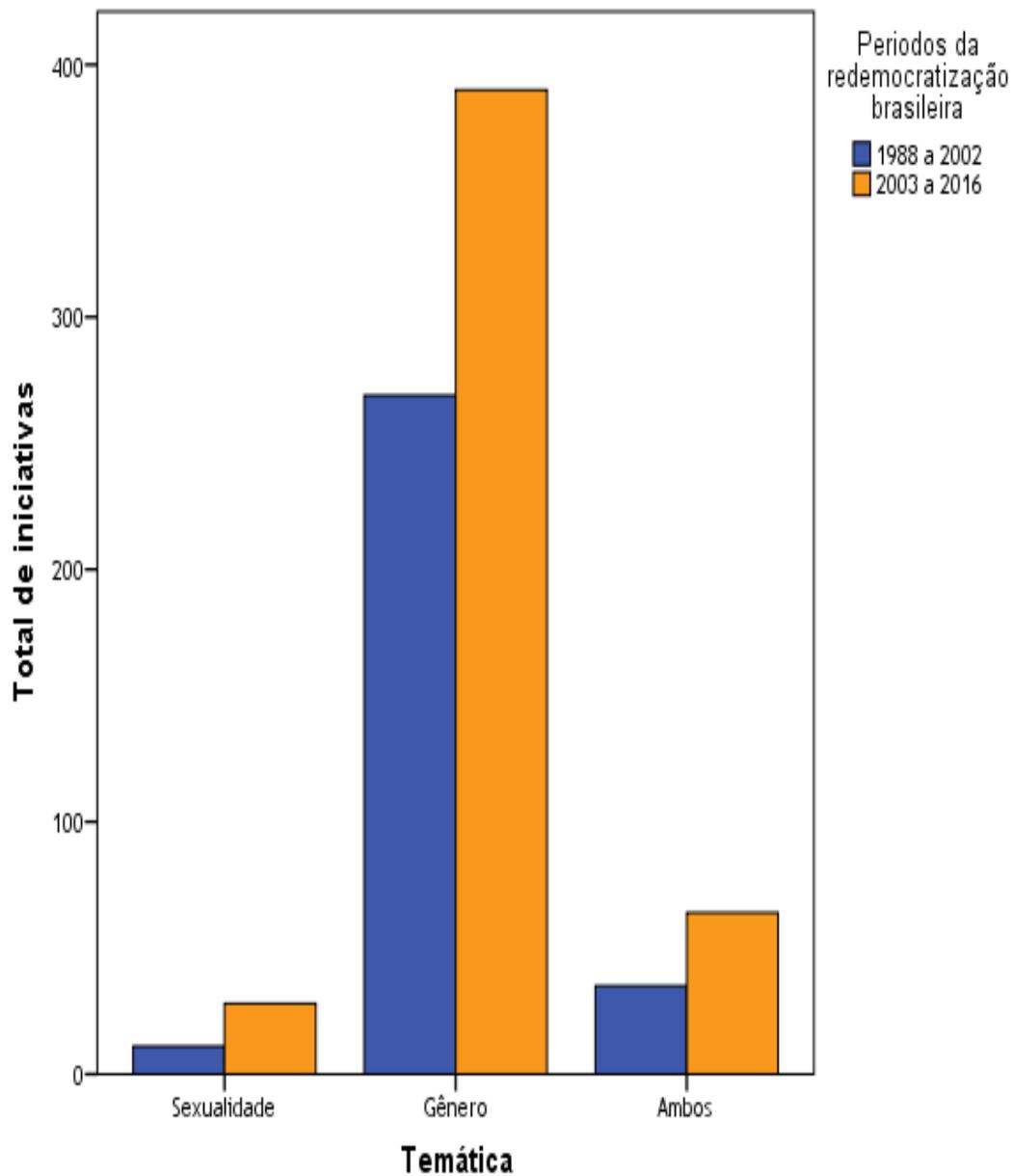


Tabela 5: Situação de Avanço/Retrocesso das Iniciativas - GERAL (1988-2016)

Áreas setoriais das políticas	Período 1: 1988-2002	Período 2: 2003-2016	Total
Ampliação	26	59	85
	30,6%	69,4%	100,0%
Restrição	289	423	712
	40,6%	59,4%	100,0%
Total	315 (39,5%)	482 (60,5%)	797

Tabela 6: Total geral de iniciativas públicas por setores de políticas (1988-2016)

SETORES DE PPs		Periodos da redemocratização brasileira		Total
		1988 a 2002	2003 a 2016	
Outros		25	23	48
		52,1%	47,9%	100,0%
Direitos Humanos		3	20	23
		13,0%	87,0%	100,0%
Diretos & Justiça		60	74	134
		44,8%	55,2%	100,0%
Educação		8	30	38
		21,1%	78,9%	100,0%
Legislação Internacional de DH		5	3	8
		62,5%	37,5%	100,0%
Moradia		6	9	15
		40,0%	60,0%	100,0%
Participação & Representação		15	42	57
		26,3%	73,7%	100,0%
		72	66	138

Tabela 6:
Total geral
de
iniciativas
públicas por
setores de
políticas
(1988-2016)

SETORES DE PPs		Períodos da redemocratização brasileira		Total
		1988 a 2002	2003 a 2016	
Saúde		72	66	138
		52,2%	47,8%	100,0%
Trabalho & Previdência		94	87	181
		51,9%	48,1%	100,0%
Violência contra a mulher/LGBT		27	128	155
		17,4%	82,6%	100,0%
Total		315	482	797
		39,5%	60,5%	100,0%

Gráfico 2: Total de iniciativas públicas pelos SETORES DE POLITICAS NOS DOIS PERÍODOS

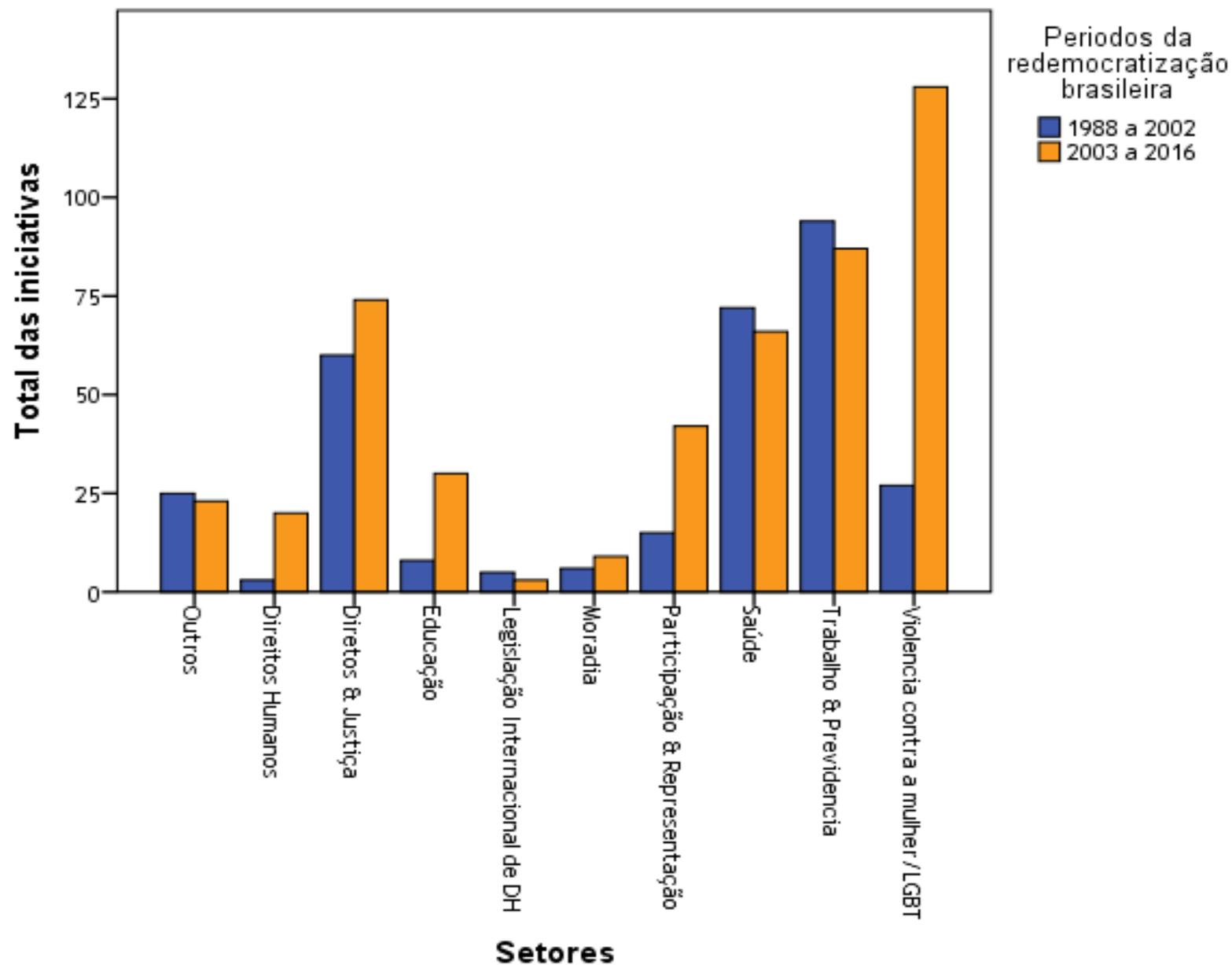
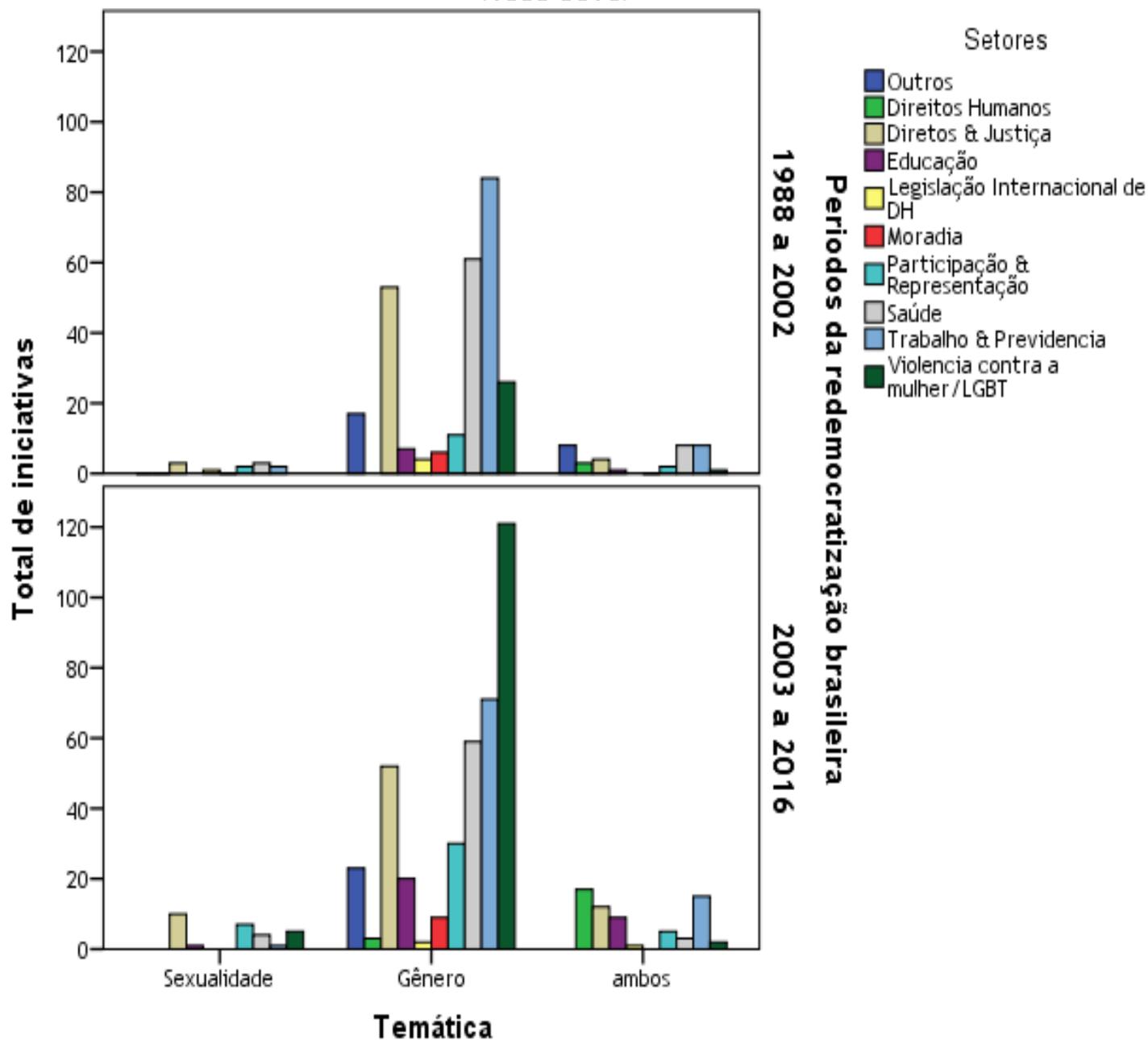


Gráfico 6: Total de iniciativas públicas pelos SETORES de políticas públicas em relação às TEMÁTICAS nos 2 períodos

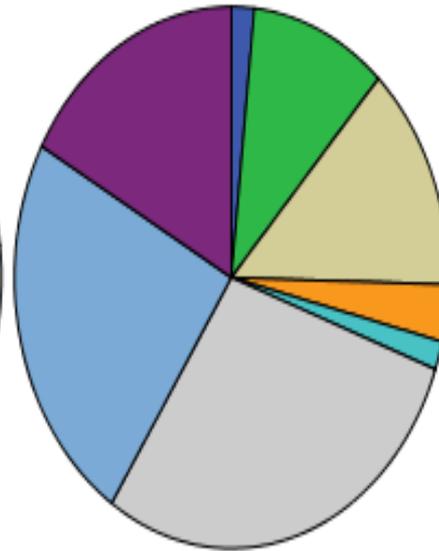
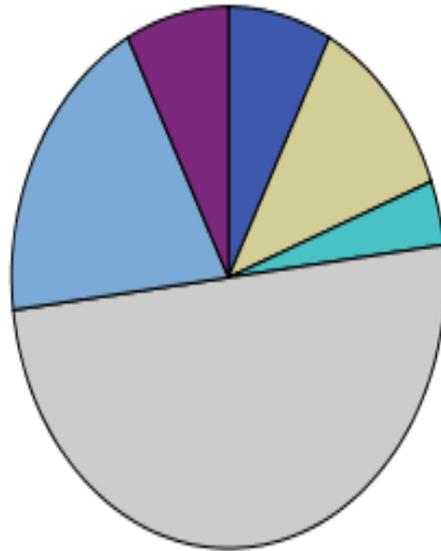
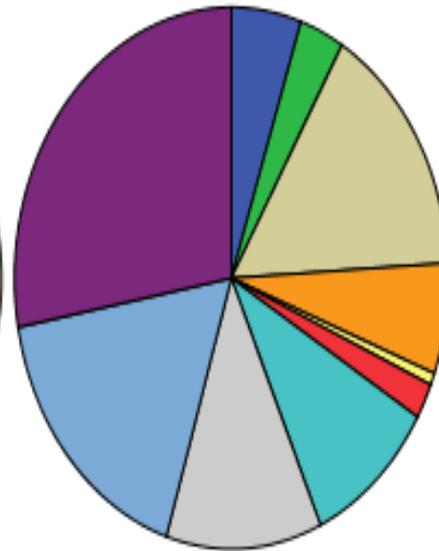
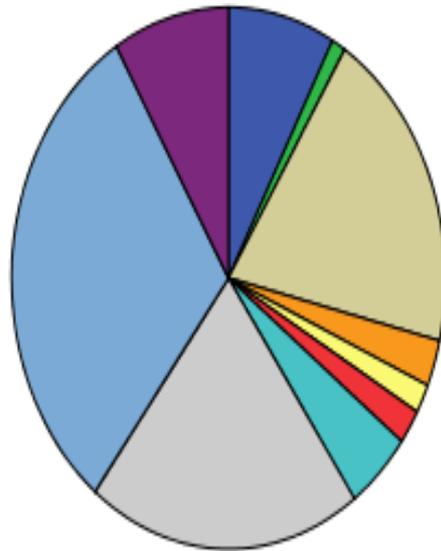


Periodos da redemocratização brasileira

Setores

1988 a 2002

2003 a 2016



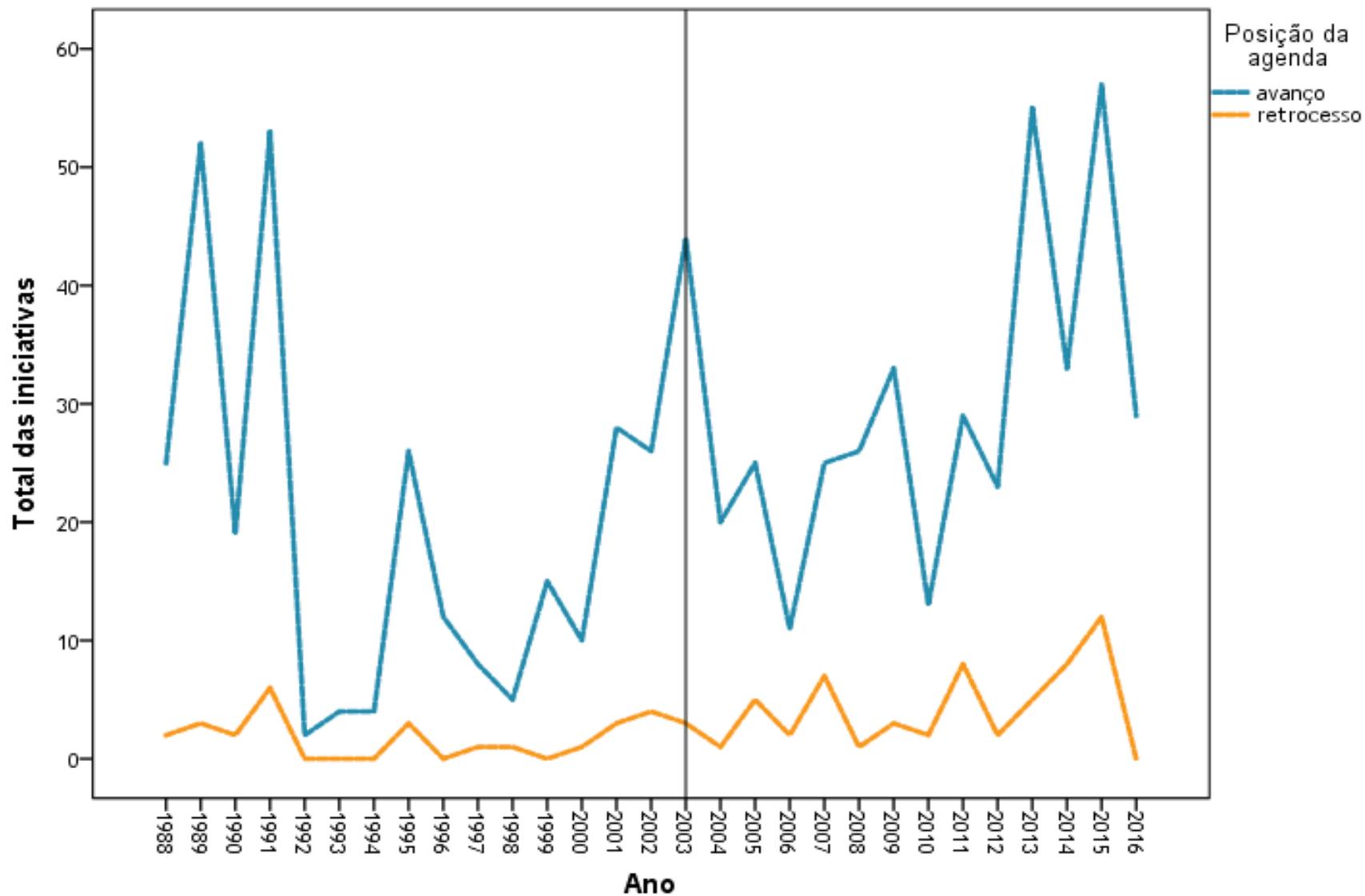
avango

Posição da agenda

retrocesso

- Outros
- Direitos Humanos
- Diretos & Justiça
- Educação
- Legislação Internacional de DH
- Moradia
- Participação & Representação
- Saúde
- Trabalho & Previdência
- Violência contra a mulher/LGBT

Gráfico 2: Total de iniciativas públicas pelo SENTIDO DE “AVANÇO” OU “RETROCESSO” das iniciativas (1988-2016)



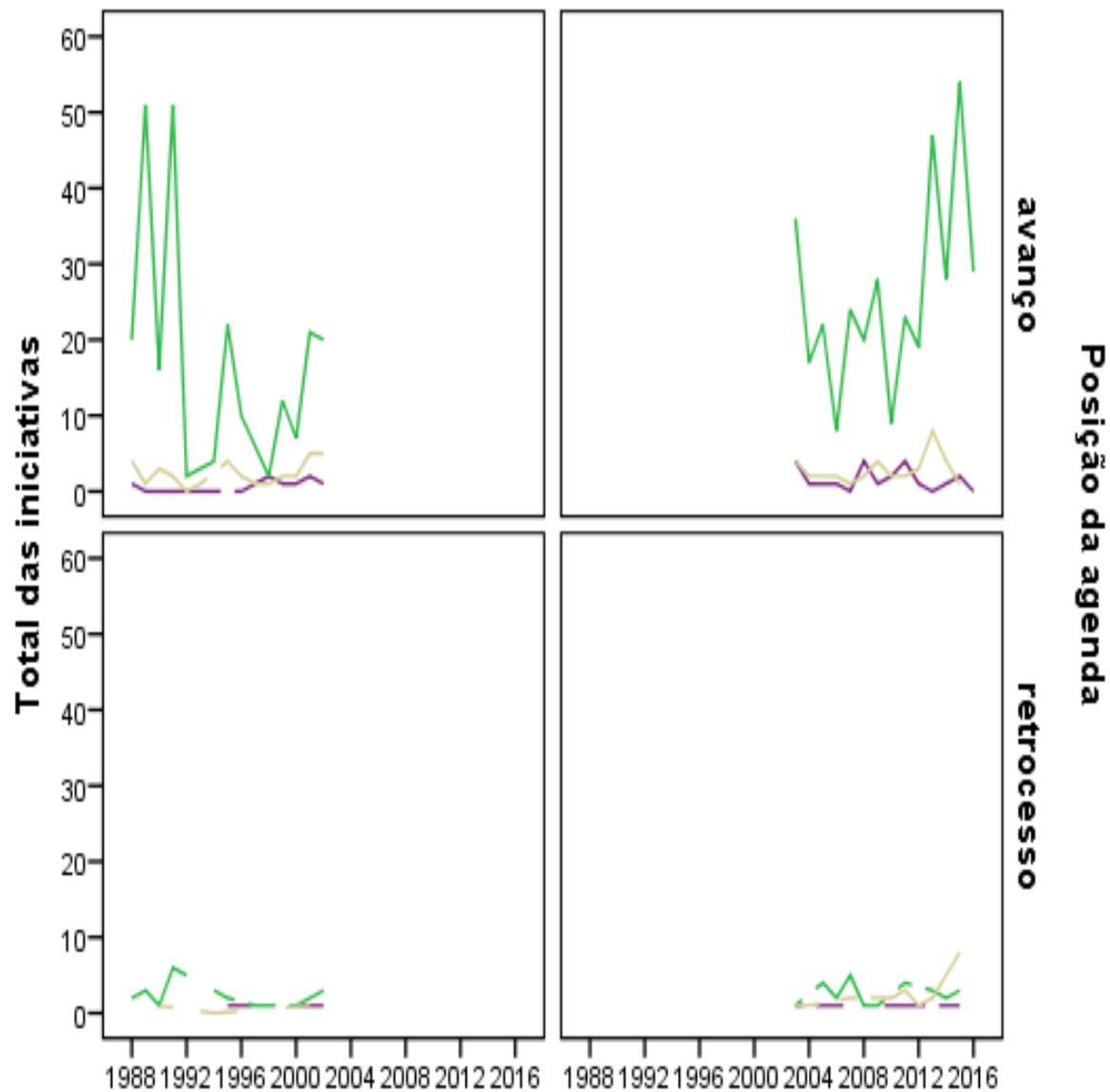
Periodos da redemocratização brasileira

Temática

- Sexualidade
- Gênero
- Ambos

1988 a 2002

2003 a 2016



Ano

- **RESTRIÇÃO: principais picos**
1991

PL-1107/1991	Autoria Dep. MATHEUS IENSEN - PTB/PR. DA NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 124, 125, 126 E 127 DO CODIGO PENAL, REFERENTES AO CRIME DE ABORTO. Explicação: AGRAVANDO AS PENAS PARA OS QUE PRATICAREM O ABORTO).	SAUDE
PL-1645/1991	Autoria Dep. NILSON GIBSON - PMDB/PE. Tipifica como crime a cessão de utero para fins de inseminação artificial. explicação: impetrando a pena de reclusão de dois a cinco anos no caso de barriga de aluguel).	SAUDE
PL-1737/1991	Autoria Dep. OSMANIO PEREIRA - PSDB/MG. Dispõe sobre informações geneticas, doação de órgãos humanos e da outras providencias. explicação: exigindo autorização do doador para transplante de órgão, proibindo a barriga de aluguel, a exploração ideologica ou comercial do genoma humano, bem como a patente das formulas de genoma). - poder conclusivo das comissões - artigo 24, inciso ii.	SAUDE
PL-809/1991	Autoria Dep. MAURICI MARIANO - PRN/SP. Dispõe sobre a proibição do implante de embrião em mulher que não seja a propria geradora e da outras providencias. explicação: proibindo a inseminação artificial ou natural em mulher que não seja a propria geradora genetica do embrião, proibindo a barriga de aluguel.	SAUDE
PL 809/1991	PROIBINDO A INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL OU NATURAL EM MULHER QUE NÃO SEJA A PROPRIA GERADORA GENETICA DO EMBRIÃO, PROIBINDO A BARRIGA DE ALUGUEL.	SAUDE
PL-2047/1991	Autoria Dep. JOÃO FAGUNDES - PMDB/RR. da nova redação ao artigo 217 do decreto-lei 2848, de 07 de dezembro de 1940 - codigo penal. explicação: reduzindo o limite de idade da mulher para 16 anos no chamado crime de sedução de menores).	DIREITOS

RETROCESSOS: principais picos

- 2007

PL 1413/2007	Autoria de Luiz Bassuma (PEN-BA) proíbe a distribuição, a recomendação pelo SUS e a comercialização pelas farmácias da pílula do dia seguinte	SAUDE
PL 489/2007	PL de autoria de Odair Cunha - PT/MG que prevê pena de detenção de um a três anos para quem realizar pesquisa com célula-tronco	SAUDE
PL 478/2007	Estatuto do Nascituro, de autoria de Luiz Bassuma (PEN-BA) que proíbe o aborto mesmo em caso de estupro e transforma o aborto ilegal em crime hediondo.	SAUDE
PL 552/2007	De autoria do senador Gerson Camata (PMDB/ES), cujo objetivo é introduzir no Código Penal a previsão da pena de castração química aos condenados por estupro (artigo 213 do Código Penal), atentado violento ao pudor (artigo 214) e corrupção de menores (artigo 218). No projeto, o citado senador justifica a previsão legal da castração enfatizando a inadequação das punições atualmente cominadas aos autores de crimes sexuais, demonstrando o alto grau de reincidência desse tipo de crime. Tal mazela social, segundo o senador, não é resolvida pelo atual sistema punitivo, e enquanto isso a sociedade sofre com essa insegurança.	SAUDE
PLP 51/2007	Extinção da multa de 10% por demissão sem justa causa	TRABALHO
Ação Declaratória de Constitucionalidade 19 (ADC 19)	Tinha como objetivo de redimir as controvérsias judiciais e afastar a insegurança jurídica sobre a constitucionalidade da Lei Maria da Penha, especialmente dos Artigos 1º, 33 e 41.	VIOLENCIA

RETROCESSOS: principais picos

- 2011

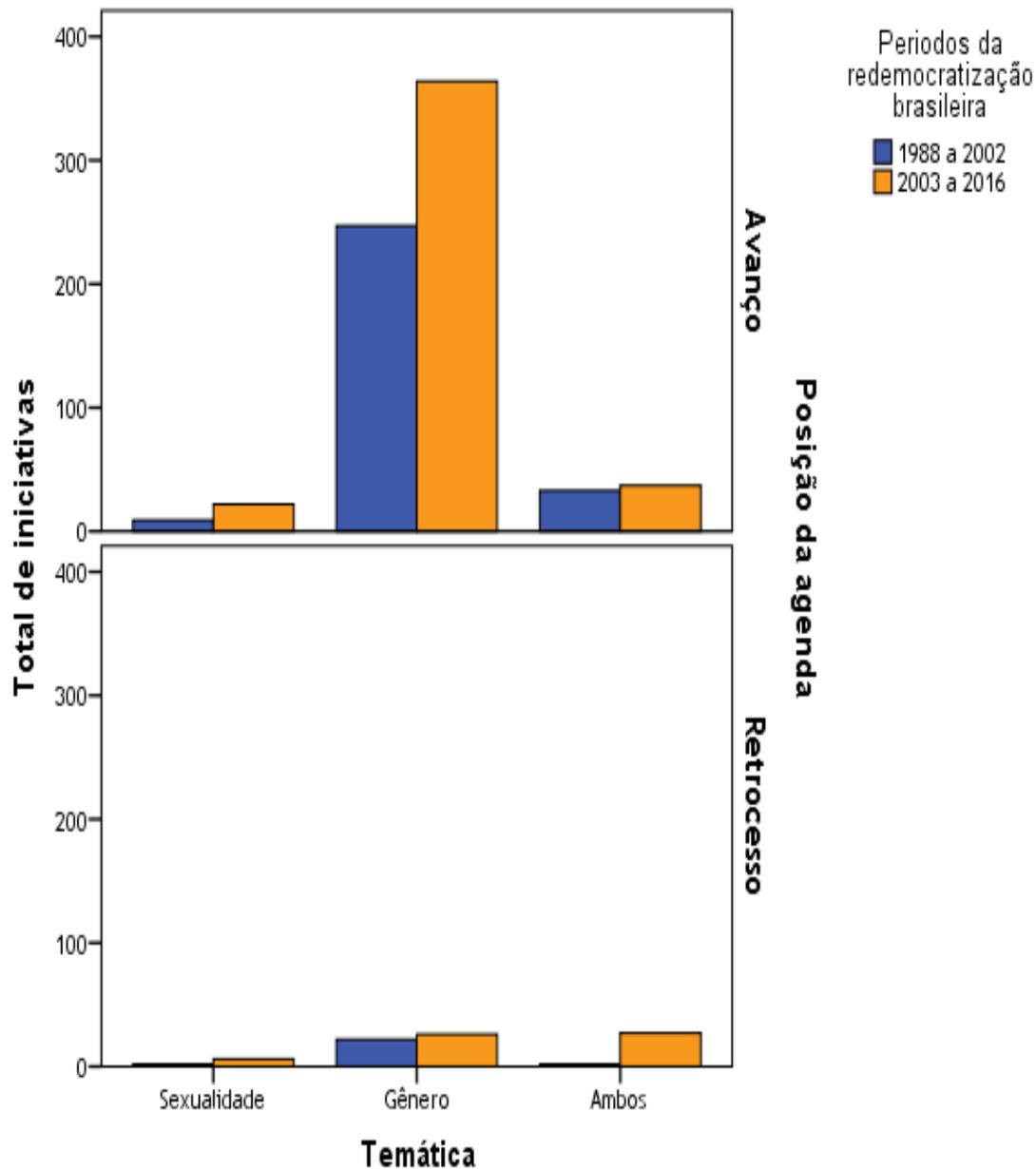
PL 1085/2011	Concede bolsa-auxílio à mulher que engravidar em decorrência de estupro e optar por realizar aborto legal ou que sofrer aborto espontâneo.	SAÚDE
PL 1545/2011	Projeto de Eduardo Cunha que prevê pena de 6 a 20 anos para médico que realiza aborto, além da cassação do registro profissional. Atualmente, a pena pode ser de 3 anos, só em caso de morte a prisão máxima é de 20 anos.	SAÚDE
PL-1545/2011	Autoria do Dep. EDUARDO CUNHA PMDB/RJ. Inclui art. 128-A no Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Explicação: Tipifica o crime de aborto praticado por médico quando não for os tipos admitidos no Código Penal: necessário ou quando a gravidez resultante de estupro (sentimental).	SAÚDE
PL-1672/2011	Autoria do Dep. EDUARDO CUNHA PMDB/RJ. Institui o "Dia do Orgulho Heterossexual", a ser comemorado no terceiro domingo de dezembro.	OUTROS
Retirada 'kit gay' do MEC	A presidente da República, Dilma Rousseff, decidiu vetar o programa do Ministério da Educação chamado de 'kit gay' pelos opositores - a bancada evangélica e cristã e, principalmente, o deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ)	EDUCAÇÃO
PL 948/2011 (autoria do Dep. Laercio Oliveira - PR/SE) e PL 7549/2014 (autoria da Dep. Gorete Pereira - PR/CE)	Impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho	TRABALHO
PEC 18/2011	Redução da idade para início da atividade laboral de 16 para 14 anos	TRABALHO
PL 797/2011	inclui nos programas sociais e financeiros do governo programa específico de apoio a mulher e a adolescente, nos casos de gravidez oriunda de estupro e nos casos de comprovada ma formacao do feto.	SAÚDE

RESTITIÇÃO: principais picos

- 2015

PLS 2517/2015	Aumento do tempo de internação de adolescentes no sistema socioeducativo	EDUCAÇÃO
MPV 696/2015	Retirada do texto das políticas públicas do termo “gênero” e instituição do Tratado de San José como balizador das políticas públicas para as mulheres. É um total retrocesso para todo ciclo das políticas	OUTROS
PL 2820/2015 – Câmara e PL 726/2015 – Câmara	Estabelecimento da jornada flexível de trabalho	TRABALHO
PL 427/2015	Instituição do acordo extrajudicial de trabalho, permitindo a negociação direta entre empregado e empregador	TRABALHO
PLS 555/2015	Privatização de todas as empresas públicas	OUTROS
PEC 115/2015	Redução da maioria penal	DIREITOS
PL 450/2015	Estabelecimento do Simples Trabalhista criando outra categoria de trabalhador com menos direitos	TRABALHO
PLC 30/2015	De autoria de Sandro Mabel Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.Regulamenta os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.	TRABALHO
PL 2577/2015	tipifica a conduta de a mulher imputar fato ilícito a seu companheiro com a finalidade de obter privilegio na acao da guarda de menores.	DIREITOS
PL 3341/2015	altera a redacao do art. 384 da consolidacao das leis do trabalho - clt, a fim de tornar facultativo o intervalo de 15 minutos para mulheres antes do inicio de jornada extraordinaria.	TRABALHO
PL 3645/2015	altera a redacao do artigo 14 da lei no 11.947, de 16 de junho de 2009, para retirar a prioridade de aquisicao de generos alimenticios da agricultura familiar de assentamentos da reforma agraria, comunidades tradicionais indigenas e comunidades quilombolas.	OUTROS
PL 477/2015	altera os artigos 5o e 8o da lei no 11.340,de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violencia domestica e familiar contra a mulher, substituindo o termo genero por sexo.	VIOLENCIA

Gráfico 1: Total de iniciativas públicas pelos SENTIDO DE “RESTRIÇÕES” e “AMPLIAÇÕES” DE DIREITOS nas diferentes TEMÁTICAS (1988-2016)



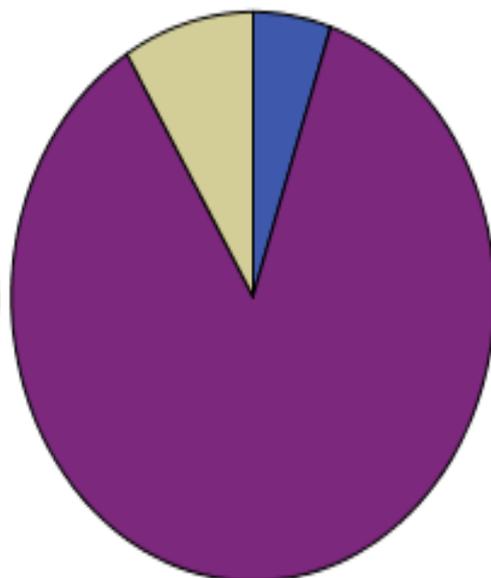
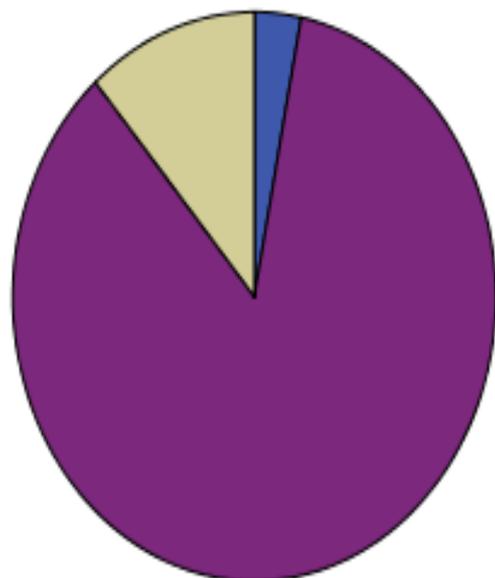
Períodos da redemocratização brasileira

1988 a 2002

2003 a 2016

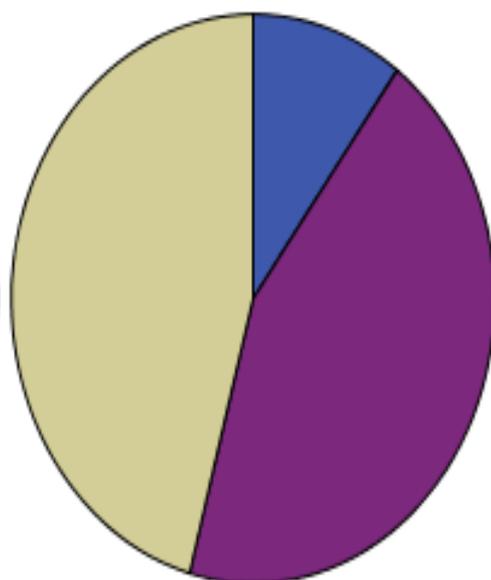
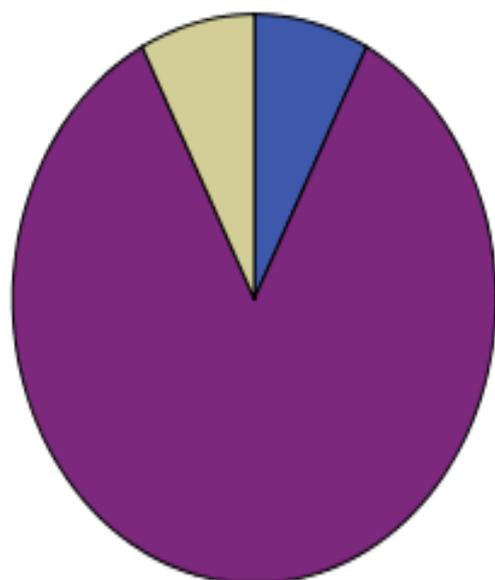
temática
abordada
na iniciativa

- Sexualidade
- Gênero
- Ambos



avanzo

Posição da agenda



retrocesso

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Os dados muito brevemente aqui apresentados nos permitem observar como e o quanto avançamos em termos de aprofundar as demandas das mulheres e de segmentos LGBTI no Brasil. Permite-nos ver também identificar a presença atuante de esforços e pressões contrárias ao avanço nos direitos desses segmentos, no sentido do retrocesso, pois estes já estavam se iniciando com maior vigor desde 2005.
- O que nos parece claro pela análise aqui realizada é que os governos petistas fizeram, de fato, esforços mais significativos de inclusão dessas pautas, especialmente aquelas relacionadas às mulheres e gênero, no âmbito das políticas de Estado e comprovadamente se deixaram permear mais do que nos períodos anteriores pela agenda reivindicatória desses dois movimentos sociais: são conquistas que transformaram demandas em pautas de ação governamental.
- Mas, parece-nos, muito infelizmente que tal temporalidade de abertura estatal encerrou um ciclo virtuoso de inclusão democráticas destes segmentos no Estado e ao quer tudo indica, apesar de estarem muito mais presentes na agenda governamental, não houve tempo de seu enraizamento efetivamente estatal.
- O desmonte dessas iniciativas é gravíssimo e vai comprometer, com certeza, as gerações atuais e futuras de mulheres e segmentos LGBTI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Dessa constatação derivam ao menos duas consequências importantes.
- 1. A primeira é que a de que, apesar do Estado sempre se sujeitar a interesses econômicos e conservadores também em termos das pautas de gênero e sexualidade (que estão enraizados não só na sociedade, mas nas instituições no Brasil), **ele também possui recursos próprios para tentar reorganizar tais interesses/demandas** (Skocpol, 1985; Evans, 2001 *apud* Abers e Von Bülow, 2011). Dão testemunho disso os governos brasileiros pós-CF/88 e, bem especialmente, os governos petistas.
- 2. O Estado também possui outros tipos de recursos, poderes discricionários de compartilhar e de acionar oportunidades, sendo necessário, em meu entender, que os diferentes grupos sociais organizados possam vir, de maneira bem objetiva, a se apoderar dessas conquistas e de seu legado, pois apenas assim será efetivamente possível consolidar as mudanças nas estruturas da própria sociedade (modificando-se, também, de forma estrutural e quem sabe definitiva o próprio Estado): mas esses dois movimentos **conseguiram acessar tais recursos.**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Os dados aqui nos revelaram é que o Brasil começou a deflagrar processos que muito complexos de despatriarcalização e des-heteronormatização do Estado (com rebatimentos dessas mudanças em inúmeras outras esferas políticas e sociais), sendo esses vetores reais e efetivos do nosso processo recente processo redemocratizador. Não tenho dúvidas que tais processos se intensificaram, especialmente, ao longo dos governos petistas que se projetaram politicamente a partir, sobretudo, do enfraquecimento global do projeto político neoliberal; o que, por sua vez, também moveu o Estado e as elites que o geriam (Dagnino 2002; Dagnino, Olvera e Panfichi 2006).
- Essas elites (masculinas, brancas, liberais e ultraconservadoras) agora, em 2016, voltaram todavia à disputar, das formas as mais autoritárias, os poderes estatais no Brasil.

A AGENDA DOS RETROCESSOS POLÍTICOS RECENTES

ENAP

Escola Nacional de
Administração Pública



nepem

Núcleo de Estudos e Pesquisa
sobre a Mulher | UFMG

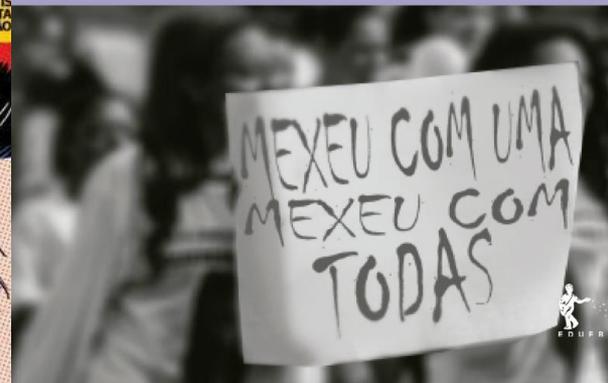
- 
- - PL 5069/2013: O projeto sugere que apenas seja considerada violência sexual práticas que resultam em danos físicos e psicológicos e que a prova da deverá ser realizada por exame de corpo de delito. Além disso, no voto favorável, afirma que “concordamos com o que pretende o autor da Proposição, que busca propiciar maior efetividade aos dispositivos já vigentes em nossa legislação pelo afastamento da prática do aborto, em consonância com a opinião da ampla maioria do nosso povo”. A proposta dificulta o acesso ao aborto já legalizado e o atendimento regulamentado pela Lei 12.845/2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.
 - - PEC 18/2011: Redução da idade para início da atividade laboral de 16 para 14 anos.
 - - EC 81/2014: Regulamentação do trabalho escravo, com supressão da jornada exaustiva e trabalho degradante das penalidades previstas no Código Penal (PL 3842/2012 – Câmara, PL 5016/2005 – Câmara e PLS 432/2013 – Senado).
 - - PDS 147/2014: Cancelamento da política de Participação Social

- 
- - PLS 555/2015 - Privatização de todas as empresas públicas
 - - PEC 115/2015 – Redução da maioria penal
 - - PLC 30/2015: De autoria de Sandro Mabel Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes. Regulamenta os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.
 - - MPV 696/2015: Retirada do texto das políticas públicas do termo “gênero” e instituição do Tratado de San José como balizador das políticas públicas para as mulheres. É um total retrocesso para todo ciclo das políticas.

O PROCESSO DE IMPEACHMENT de 2016

- **FOI MISÓGINO**
- **Todo o processo foi precedido, acompanhado e sucedido de intenso reforço de agressiva desconstrução efetuada pelos meios de comunicação de massa da própria pessoa da Presidenta, demonstrando – por vezes de modo disfarçado, por vezes notório – diferentes níveis de preconceitos violentamente sexistas/machistas.**

Linda Rubim
& Fernanda Argolo (Org.)



E a misoginia não acabou !

Face/RLippi cartoons



Agora - A AGENDA DA RESISTÊNCIA

ENAP

Escola Nacional de
Administração Pública



nepem

Núcleo de Estudos e Pesquisa
sobre a Mulher | UFMG

OS PROTESTOS DE RESISTÊNCIA DAS MULHERES CONTRA O GOLPE

- **#ForaCunha – EM 2015**
- **#FicaDilma / #MulheresComDilma e #NãoVaiTerGolpe – EM 2015 e 2016**
- **#ForaTemer – EM 2016 e 2017**
- **#LulaLivre – EM 2018**



#ForaCunha –

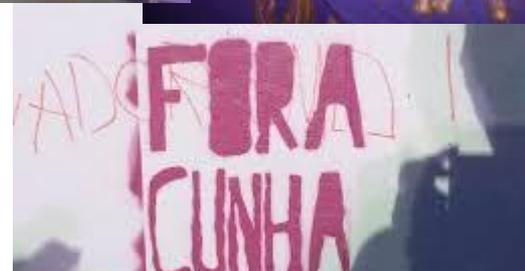
EM 2015



2º GRANDE ATO CONTRA CUNHA E PELA VIDA DAS MULHERES

#FORACUNHA #NAOAOPL5069 #BASTADEFEMINICIDIO

25 DE NOVEMBRO, SAÍDA ÀS 17H30, CAN



FEMINISMO – EL PAIS

Mulheres protestam contra Cunha pela terceira vez em duas semanas
Em São Paulo e no Rio, manifestantes voltaram às ruas nesta quinta contra PL 5069.
Texto, em tramitação na Câmara, complica o acesso das mulheres ao aborto legal no
Brasil



#FicaDilma / #MulheresComDilma e #NãoVaiTerGolpe – EM 2015 e 2016





#FORA TEMER



#ForaTemer – EM 2016 e 2017





#LulaLivre – EM 2018





Foto | ASCO
Publicado no Jornal Grande Bahia



Obrigada!

**Profa. Marlise Matos
(DCP, NEPEM, CIFG / UFMG)**

matos.marlise@gmail.com

ENAP

Escola Nacional de
Administração Pública



nepem

Núcleo de Estudos e Pesquisa
sobre a Mulher | UFMG